

DA EXPERIÊNCIA SOLITÁRIA À SOLIDÁRIO¹

Carlos Rodrigues Brandão²

*Se não me decido, quem o fará por mim?
Se não devo agir assim, o que farei?
E se não agora, quando?*

Canção de Gedal em: Se non ora, quando? De Primo Levi³.

Nossa vida é uma sucessão de curtos ou longos momentos de “estar a sós” – “estar só”, “estar sozinho”, “estar comigo mesmo”, “estar em solidão” - que valem como pontes que atravessamos para estar “com o outro” – “estar a dois”, “estar junto com outros”, “estar entre outras pessoas”, “estar num grupo”, “estar em equipe”, “estar na sala-de-aulas. Dependendo do lugar onde vivemos algum tempo ou grande parte de nossas existências, uma *situação interativa* pode ser a mais freqüente, pode ser dividida quase por igual com outras, ou pode ser muito rara. Em um extremo, podemos estar “na mais absoluta solidão”; enquanto em outro extremo, podemos estar “no meio da multidão”.

Consideremos as diferentes modalidades de *situações interativas* em que estamos envolvidos ao longo de um dia, de uma semana, de um mês, de toda a vida. Elas podem ser distribuídas entre situações de *labor* (cuidar da casa, preparar uma refeição, tratar do jardim), o *trabalho* (preparar uma aula, ministrar a aula, estudar, participar de reuniões escolares), o *lazer* (dormir, descansar, assistir a um programa de televisão, passear em uma praça), a *convivência* (reunir-se com um grupo de amigos, visitar uma tia querida, viver uma longa noite de amor) e a *participação* (coordenar uma reunião de uma Ong ambientalista, participar de uma assembléia de professores, participar de um “mutirão” de limpeza de um riacho do bairro). Nós a vivenciamos, na maioria das ocasiões, entre situações que vão do “eu sozinho” ao “nós em uma turma”.

Quase sempre ao longo de um dia estamos *a dois*, em *pequenos grupos*, em *grupos maiores*, em *turmas*. Não apenas nós, mas toda a humanidade. E isto ao longo de todos os tempos. Um paleontólogo - um estudioso dos primórdios da trajetória humana na Terra - disse certa feita que “sempre que recuamos no passado de nossa espécie e encontramos os primeiros homens, eles estão em grupos, em volta de uma fogueira”. Nem sempre foi assim, mas a imagem é bem simbólica. E, de fato, a diferença essencial entre

1 Este texto representa uma revisão completa de um trabalho originalmente escrito para o Instituto Paulo Freire.

2 Professor. Antropólogo e educador. Integrante do Instituto Paulo Freire. Integrante do Doutorado em Antropologia da UNICAMP. Professor do Doutorado em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Pesquisador visitante da Universidade Estadual de Montes Claros. Integrante do Instituto Paulo Freire.

3 *Primo Levi, um judeu italiano, sobreviveu a quatro anos em campos de concentração nazistas. Escreveu depois livros em que relembra o que passou. Este pequeno texto inspira-se em um outro, escrito pelo Rabino Hillel, no século II DC: As máximas dos pais.*

os macacos antropomorfos e “sociais” e nós, os humanos, é que eles viveram sempre e sempre viverão em *bandos* rigidamente regidos por preceitos biológicos, encontro nós, os difíceis primatas chamados “humanos” aprendemos a passar do *bando* para o *grupo*. Para pequenas e diferentes modalidades de vida em comum, regidas ainda por necessidades e preceitos biológicos, mas já dominadas e transformadas por princípios, valores, regras e significados socialmente culturais.

Tanto é assim que alguns estudiosos do passado humano reconhecem no pequeno círculo de mulheres de homens primitivos ao redor de um fogo a própria origem da linguagem, do saber, do afeto pelo outro e da sociabilidade. Com o fogo aceso, livres dos perigos das feras predadoras e do horror da escuridão da noite, as pessoas de um grupo primitivo, no interior de uma caverna podiam retardar o momento do sono. Podiam não apenas comer depressa, mas conviver antes, durante e depois da refeição. Podiam se olhar nos rostos e podiam ceder ao desejo de se dizerem algo mais do que breves palavras de comando. Podiam devanear juntas, podiam inventar palavras que formassem frases mais longas e mais simbólicas. Podiam, enfim, inventar o diálogo gratuito, muito além da troca rápida de palavras práticas. E, conversando, dialogando, devaneando, podiam começar a criarem e a se dizerem as suas lendas, as suas histórias pessoais e coletivas. Podiam recordar e uns aos outros podiam relembrar memórias, criar mitos e inventar, enfim, aquilo que transforma o saber em compreensão, em significado e em sentido.

É interessante observarmos que apesar de assim ser, apenas muito recentemente ciências sociais e humanas, teóricas ou aplicadas, começaram a dar importância ao estudo dos *grupos humanos*. Durante um tempo longo demais, a psicologia centrou-se no *indivíduo*, a sociologia na *sociedade* e a antropologia na *cultura*. Mesmo a pedagogia esteve por muitos anos concentrada muito mais na individualidade do estudante, na pessoa do aluno, ou no par aluno-professor, do que nos coletivos interativos da sala de aulas ou da escola.

No entanto, nos últimos cinquenta anos, de um lado e do outro descobrimos que a vida social realiza-se em boa medida na escala da *vida em grupos*. E descobrimos que “problemas de alunos” podem ser “problemas da turma de alunos” individualizados na unidade de cada aluno. Ou podem ser problemas da relação entre professor-e-turma-de-alunos. Nos anos recentes entre atividades de *ação social*, de educação, de unidades produtivas, como a fábrica, de gestão de empresas, da condução da vida pública através do poder político, a *dimensão grupal* ganhou um lugar de enorme importância. Lembremo-me que em meus estudos de psicologia, na década dos anos sessenta, ao lado da tradicional formação em qualquer ramo da “psicologia clínica”, surgiram e se multiplicaram diferentes formas de “psicologia de grupo”. As mais diferentes formas de “treinamento de pessoal” e todos os seus derivados antigos e modernos, foram e seguem sendo experiências derivadas da *dinâmica de grupos*.

Naquela época – e talvez ainda hoje - quem estudava serviço social podia especializar-se em “caso”, “grupo” ou “comunidade”. E, entre educadores, não devemos esquecer que praticamente todas as experiências inovadoras no campo da educação – do Método Montessori aos Círculos de Cultura de Paulo Freire – foram e seguem sendo tentativas de responder a uma pergunta essencial: “como transformar uma turma passiva e impessoal de alunos diante de um professor, em um grupo ativo e motivado de educadores-educandos?”

Há entre livros destinados ao trabalho em sala-de-aula, muita coisa a respeito de “métodos e técnicas de trabalho com grupo”. E alguns livros são muito úteis. Mas raros são os que ousam perguntar: “o que é um grupo?”. Ou: “como é que grupos, equipes e turmas acontecem e funcionam?”

A palavra *grupo* pode ser entendida de muitas maneiras. Por isso mesmo é costume ela aparecer adjetivada por outras palavras. Assim, *grupo humano* poderia ser a mais ampla. Um tipo de grupo humano pode ser denominado *grupo social*. Ele caracteriza unidades de convivência, trabalho e participação na vida social, constituídas e organizadas segundo os termos de princípios legais fundadores, não raro de alguma maneira coercitiva ou originalmente imposta aos seus integrantes. Uma família ou uma turma de alunos podem ser bons exemplos. Por mais acolhedoras e desejadas que nos sejam, quase sempre eles nos antecedem ou são criadas por outros: nossos antecessores, nossos contemporâneos.

Podemos reconhecer também em nossas vidas e ao redor de nossas convivências, os *grupos de idade*. Na escola, por exemplo, ele é aquele que na hora do recreio separa primeiro alunos de professores e, depois, categorias de alunos de acordo com os seus ciclos de vida. Vivemos boa parte de nossas vidas entre o que poderíamos chamar de *grupos de trabalho*, como o formado por uma comissão de professores ao redor da questão de programar mais um semestre letivo. Compartimos *grupos de interesse*, como o de professores que por conta própria resolvem reunir-se durante meses para estudarem algo. E podemos nos envolver com *grupos de opção*, como um conjunto de pessoas de uma comunidade que se reúnem para fundar uma associação de moradores. Estas são situações em que o *grupo* pode transformar-se em uma *equipe*.

Uma entre outras diferenças poderia ser traçada na oposição entre o que alguns especialistas em *dinâmica de grupos* denominam *grupo centrado na pessoa* versus o *grupo centrado na tarefa*. No primeiro caso o grupo tem como razão principal de ser a pura e simples *convivência* e os seus efeitos pessoais ou interpessoais. Ele seria o mais próximo à relação *Eu-Tu* que aprendemos com Martin Buber. Pessoas que se encontram sempre, várias vezes ou de vez em quando, movidas apenas pelo desejo de compartilharem momentos gratuitos e/ou criativos de estar-com. Momentos em que o com-viver com o outro, sem outro qualquer proveito além da própria *relação de convivência*, é toda a razão da existência do próprio grupo. E uma das medidas da quebra de nossa *vida de qualidade*, é a perda progressiva de instantes e situações em que nos encontramos com outras pessoas e convivemos com elas centrando na gratuidade do que vivemos “ali” a razão de estarmos “ali”, juntas.

O *grupo centrado na tarefa*, por mais pessoalizado e gratificante que seja (e é sempre bom que o seja) é aquele em que um *grupo* torna-se uma *equipe*. É quando a razão de ser e partilhar é a realização de alguma tarefa imposta ao grupo ou proposta ao grupo. Uma tarefa que pode ser uma aula, e que responde pela sua própria existência, pelo seu ritmo e pela forma de desempenho que ele tomará. Este é o sentido em que falamos de uma *equipe de estudos*, uma *equipe de vôlei*, ou uma *equipe de trabalho*. A experiência docente nos dirá que, no entanto, na maior parte dos momentos vividos no interior de uma escola cruzam “a pessoa” com a “tarefa” e a própria “turma de alunos” e, em termos de uma educação moderna e humanista, um grupo “centrado na tarefa” tanto quanto “na pessoa”.

Podemos reconhecer ainda o *grupo de opção* que pode alargar-se até a dimensão de um *grupo comunitário*. Ele seria a unidade de vida social onde o poder de escolha de ingresso e o poder de orientação do destino do coletivo e das pessoas integrantes são mais livres e mais partilhadas. Há uma adesão aberta a ser mais espontânea e consensual. Neste sentido uma *família*, uma *unidade doméstica* e um *grupo de parentesco* são exemplos de *grupos sociais*. Quem participe de uma vida religiosa através de sua adesão a uma igreja, a uma comunidade cristã, a um centro espírita, haverá de reconhecer por conta própria como algumas unidades confessionais têm procurado passar de uma coletividade de crença centrada no

poder carismático de um líder (um padre, um pastor, um médium) para a comunidade de fé centrada na pluralidade de seus participantes- praticantes. Vemos o mesmo acontecer em outras instituições sociais e o esforço que nos últimos anos tem sido realizado para democratizar a escola é um ótimo e difícil exemplo.

Chega a ser curioso o fato de vivermos tão estreitamente dentro de grupos e entre grupos e possuímos um conhecimento tão pequeno a seu respeito. Mesmo na formação de um educador, as nossas didáticas trabalham muito mais o “como ensinar para o aluno aprender” do que o “como criar um clima interativo favorável ao ensinar-aprender”.

E hoje, mais do que nunca, este conhecer a intimidade da experiência interativa e coletiva dos grupos sociais em que vivemos entre *lazer, labor, trabalho, convivência e participação* é muito importante. Importante porque de uma forma crescente e irreversível, o “clima afetivo”, a “qualidade das relações humanas”, a “presença da emoção na aprendizagem” ganharam finalmente um lugar central, tanto na pedagogia e na sala-de-aulas quanto em qualquer outro campo da vida cotidiana em que o “estar, conviver e trabalhar juntos” organiza a estrutura e a dinâmica de uma unidade de *ação social*.

Mas importante porque hoje, mais do que ontem, e com mais consciência e preocupações, misturamos em nossas vidas a profissão e a vocação, a tolerância e a impaciência, o amor e o temor, o acolhimento e a rejeição, o individualismo e a individualidade, a competição e a cooperação, a competência consciente e a competitividade intransigente, a suspeita e a confiança.

2. estar em grupo como metáfora da vida

Na *educação* a primeira oposição é entre uma vertente dirigida a um ensino cuja prioridade é a preparação capacitadora-instrumentalizadora do indivíduo competente-competitivo. Seu alvo é o “sucesso na vida”, e o lugar social de vida e de realização esgota-se no “mercado”. E uma outra vertente devotada a uma educação em que a prioridade do ensino está na formação integral da pessoa consciente-cooperativa. Seu alvo é a “partilha da vida” e o seu lugar de realização é o seu mundo inteiro de vida cotidiana.

Ao optarmos como educadores – escolares e/ou sociais – pela segunda vertente, sabemos que antes de qualquer técnica de trabalho, antes de qualquer metodologia neste ou naquele *campo do encontro entre pessoas*, importa o clima que se cria no momento e no lugar em que este encontro acontece. Da cozinha da casa à praça da cidade, passando pela sala-de-aulas e pela escola, o mais importante está no sabermos construir *contextos* ou *cenários de relações entre pessoas*. Boa parte do chamamos: “problemas de aprendizagem”, “questões de indisciplina”, “bloqueios ao crescimento” tem a ver com a qualidade do acolhimento no espaço da convivência.

Em qualquer grupo, equipe ou turma, e qualquer que seja a sua “finalidade”, as pessoas resistem a tudo o que não seja a liberdade, a autonomia e o acolhimento. Resistem, de uma maneira ou de outra, enquanto podem e como podem. Resistem mais ainda quando são crianças e adolescentes. E, no entanto, desde o “clima da casa” até a quantidade desproporcional de “games”, filmes e “programas” para crianças e jovens, estão cada vez mais impregnados de contra-valores: a desconfiança, a competição, o temor do outro, a violência.

Vamos pensar esta questão, para podermos a seguir conhecer algo mais sobre a vida dos grupos, pensando as diferentes situações em que pessoas estão juntas e, juntas por algum tempo, “vivem algo”.

E eu peço toda a atenção de vocês. Pois muito embora “isto tudo” seja tão corriqueiro na vida de todos e de todas nós, raramente é encontrado em algum livro de didática, de dinâmica de grupos ou de ação comunitária.

Recordemos algumas palavras, antes de qualquer outra coisa. Em algum *caderno* anterior (e eu espero que não esquecido) ao procurar responder a esta pergunta: o que nós fazemos quando vivemos a “vida de todos os dias”, lembro-me que reconheci estas três situações: estamos *trabalhando* (preparando ou dando uma aula), estamos *convivendo* (conversando com colegas de trabalho em um momento de intervalo), estamos *participando* (presentes em uma reunião de uma associação de professores). Mais adiante acrescentei outras palavras. E elas apareceram nas primeiras páginas deste *caderno*. Entre estas três situações de vida e partilha da vida, nós estamos envolvidos com o *labor*, o *trabalho*, o *lazer*, a *convivência* e a *participação*.

Agora, quando eu recorro todas as minhas experiências de vida em grupo, desde a minha infância carioca até este preciso momento, creio que posso classifica-los desta maneira.

- a) Aquelas em que se *faz* alguma coisa, quando pessoas se reúnem para criarem, construírem ou edificarem juntas algo, como o começar a construir a casa onde se vai viver.
- b) Aquelas em que se *cria* algo, quando ao se construir a casa, procura-se ir além de uma lógica prática e utilitária, e se acrescenta a um valor de harmonia, de beleza, enfim. Essas duas situações de experiências interativas são equivalentes, mas eu as quis separar porque desde um ponto de vista da vida grupal em contextos educativos elas são diferentemente essenciais.
- c) Aquelas em que se *troca* ou se *comercia* (compra ou vende) alguma coisa. Algum tipo de bem, de produto ou de serviço.
- d) Aquelas em que se *aprende* algo, quando entre pessoas há uma intenção da vivência de trocar gestos e sentidos, e fazer com que habilidades, conhecimentos, valores e outros símbolos e significados sejam intertrocados em situações regidas pelo par: ensinar-e-aprender;
- e) Aquelas em que se *celebra* algo, quando se vive um estar-juntos-em-grupo como momentos de comemoração, de ritos, de consagrações; quando pessoas se reúnem para se dizerem entre si e a outros quem elas são, em que elas crêem, como elas vivem e querem viver, o que elas esperam, o que elas festejam, o que rememoram, o que elas desejam que perdure ou seja mudado, quem são aqueles – deus, deuses, seres de poder, heróis, pessoas do lugar - em nome de quem se realiza aquilo e o que se espera que eles sejam ou venham a ser, que eles riem ou venham a criar;
- f) Aquelas em que se *joga* ou se *compete*, quando pessoas ou grupos de pessoas se colocam frente a frente e se enfrentam; e a partir da maneira como competem umas contra as outras, ou cooperam umas com as outras para criarem juntas algo, geram resultados que por algum momento demarcam entre elas a desigualdade ou a diferença.

Se soubermos reunir em um criativo “quadro mental” as situações, entre o *trabalho* e a *participação*, com as modalidades de *grupos*, *equipes*, *turmas*, *unidades sociais* e com as situações de experiências interativas, teremos um espelho algo complexo, mas muito rico do nosso próprio viver e conviver.

Quando mais abaixo estivermos voltando a falar sobre a relação entre a *educação* e “tudo isto” poderemos lembrar que dentro de uma escola todas estas *qualidades de interações*, toda esta variedade de situações, de vivências e de experiências do *estar-com-o-outro* em *grupos*, acontece também dentro da escola. E, se prestarmos um pouco mais de atenção ao correr de nossas próprias vidas, descobriremos que o nosso próprio *processo de socialização* (aquele através do qual, aprendendo a saber sem cessar, passamos de um *indivíduo biológico* a uma *pessoa social*) é um estar e circular entre cada uma e todas estas situações interativas. É um entrecruzar as mais diversas vivências do *estar em grupo*.

Pois, entre momentos de *estar-a-sós* e só diversos momentos de *conviver-com-outros*, estamos sempre compartilhando, aprendendo, ensinando, criando, fazendo, pensando, trocando, negociando, celebrando, trabalhando, laborando, divertindo, convivendo, participando. E o que é a “minha vida” senão um entretecer estes verbos e outros entre as pessoas e os grupos de pessoas com que eu dia-a-dia a vivo?

3. *aprender a confiar, aprender a partilhar*

É sempre a pessoas que nos dirigimos em qualquer *situação interativa*. E quando esta situação, além de *interativa*, é *conectivamente pedagógica*, nosso compromisso com a *pessoa de um outro* torna-se ainda maior. Porque agora trata-se de interagir, de ligar-se a (conectar-se) para educar, para formar.

A experiência do *aprendizado para a convivência com o outro* - o *aprender a conviver* para o *aprender a ser*; já nosso conhecido - e para a adesão livre e conscientemente autônoma a qualquer projeto de *participação social* não deve estar nunca subordinado a uma *educação* situada além da pessoa. Uma educação que coloca “o mercado”, “o estado”, “a nossa nação” ou mesmo a “minha cidade” como o destinatário do *sujeito educado* e, assim, despersonaliza a pessoa. Isto é: ao transformá-la – não raro com as melhores promessas – em um objeto para algum objetivo, abre o caminho para que defensiva e competitivamente ela se encerre em um individualismo egoísta, ou abre o caminho para um processo de perda de identidade que caracteriza justamente o sujeito-mercadoria entregue à lógica do mercado – “você vale pelo que produz e pelo que consome” – e ao poder da propaganda – “você é o que está na moda ser”.

O que muitas vezes nossos livros de didática ou de trabalhos com grupo esquecem é o fato de que não aprendemos o que nos ensinam, mas aprendemos aquilo que incorporamos ao nosso eu dentro de um “clima interativo” em que nos sentimos livres e acolhidos o bastante para podermos por um momento “esquecer de nós mesmos” para pensar no que aprendemos.

Lembro Jean Piaget que nos visitou em nossos primeiros *cadernos*. Ele foi pioneiro em insistir em que as crianças – e os jovens, e os adultos, e todas e todos nós – aprendem apenas quando convivem e compartilham situações interativas e grupais em que o acolhimento, o “clima” e o exemplo valem bem mais do que lições, teorias e idéias.

Posso lembrar também Humberto Maturana. Em coro com Piaget, Paulo Freire e tantos outros educadores, ele nos leva a uma *biologia do conhecimento* para acentuar que, na prática, nós não formamos pessoas a não ser quando centramos todo o trabalho escolar dentro e fora da sala-de-aulas – mas sempre e situações interativas – no crescimento individualizado de cada pessoa-de-estudante. Estas idéias que estão muito bem sintetizadas no já nosso conhecido *Formação humana e capacitação*,

retomam o respeito pelo ser-do-outro, o acolhimento amoroso e a autonomia responsável da participação no grupo, como não apenas condições de aprendizagem, mas como a própria razão de ser da *educação*.

Nunca é demais lembrar que o trabalho pedagógico mais importante de uma pessoa responsável por algum *contexto de educação*, não é ensinar tecnicamente o que sabe a quem não sabe. É o criar cenários de respeito pleno pelo outro, de aceitação das diferenças e de convite fraterno a um trabalho de criação partilhada e amorosamente emotiva de saberes, dentro do qual os diferentes participantes de uma *comunidade aprendente* sintam-se pessoalmente motivados a conviver-e-saber. E assim se sintam ao reconhecerem nos outros não são os seus concorrentes no fazer algo através da competição que alarga entre indivíduos desiguais a desigualdade, mas são os seus companheiros e colaboradores no criar algo que alargue entre pessoas diferentes a experiência pessoal da originalidade.

O sentimento de co-responsabilidade, o desejo de participar, a abertura a uma vida de partilha, a presença pacífica e acolhedora em situações de vida em grupo, tudo isto é “aprendível”. Tudo isto se aprende através de uma educação centrada na pessoa de quem aprende... ensinando ou aprendendo.

Em uma situação de *vivência de grupo* em que a intenção essencial é o ensinar-aprender, nunca é sobre o *ser* de uma pessoa que se deve agir para ensinar, para corrigir ou mesmo para punir, quando necessário. Não devemos invadir “de fora para dentro” o ser de alguém em um momento de trabalho, de criação, de educação, de rito ou de jogo. Isto porque não se deve pretender que alguém mude o seu *ser-como-é* a não ser “de dentro para fora”, como um movimento interior regido pelo aprendizado pessoal entre a emoção e o pensamento. É o *agir relacional* e são as *ações interativas do fazer vivido*, aquilo sobre o que se pode trabalhar ou intervir. De novo: a experiência da paz, da harmonia, da não-violência, do respeito ao outro, do acolhimento amoroso, enfim, da solidariedade somente são aprendidos quando são afetivamente interiorizados. E “tudo isto” (e tudo mais) eu somente interiorizo quando sinto a minha própria interioridade (minha pessoa, minha pessoalidade, minha personalidade, minha identidade) acolhida em um contexto interativo e pedagógico de liberdade, respeito e amor.

Eu não corrijo “quem você é”. Mas posso ajuda-lo a rever por sua conta o “como você é”, através do que você fez ou faz, ou através do como agiu em um momento de nossa relação recíproca para comigo ou diante de mim. Da relação dual mãe-filha a uma ampla equipe de trabalho, quem convive, educa e aprende, não tem direito de inventariar, de classificar e de intervir como uma fonte de poder externo, mesmo que com a melhor das intenções, sobre o *ser* de uma criança, de uma jovem, de uma outra pessoa. Pois “este” é o mais sagrado dos territórios. Podemos, sim, criar contextos de diálogos – difíceis, quase desesperadores às vezes, mais possíveis e indispensáveis sempre – em que, ao sentir-se respeitada e acolhida de maneira incondicional, sendo como é e porque assim é, ela sinta com inteira liberdade as suas próprias “maneiras de ser”. Ela compreenda o sentido de como age através delas e, então, reveja e recrie na convivência fraterna e no aprendizado derivado da troca de sentimentos e de sentidos com as outras, a sua própria pessoa. Isto se chama *educar*, o que vai muito além do simples *instruir*.

Em um mundo em que a própria *participação* pode perigosamente oscilar entre a obrigação imposta (“você participa porque não tem escolha”) e a recusa arbitrária (“eu só participo do que me interessa”), a nossa adesão a *unidades de ação social* só é verdadeira e fecunda se partir de um desejo livre, amoroso e pessoal. Do pequenino grupo de estudos de uma escola a uma grande associação de moradores de bairro, de uma “turma de colegas de escola” dispostos a se tornarem uma “equipe de trabalho voluntário” a toda uma “cidade educadora”, temos razões e exemplos de sobra de que apenas

foram felizes, frutíferas e fecundas as experiências em que pessoas sensíveis e livremente co-responsáveis uniram-se “de baixo para cima” e “da periferia para o centro” para realizarem alguma coisa.

4. *solidariedade - em direção a uma outra maneira de gerar bens e produzir*

Podemos pouco a pouco aprender a conviver uma outra *ética* e como outros *valores* em uma vida produtiva e empreendedora. Talvez poucas pessoas tenham ouvido falar em uma nova prática de produção, circulação e consumo de bens e de serviços, que sem muito alarde – pois ela caminha bem distante da “mídia” – difunde-se por todo o mundo. Falo da *socioeconomia solidária*.

E trago de saída uma quase-definição dela.

Na contracorrente do sistema e da ideologia dominantes, registra-se um importante e sólido movimento de construção de um mundo melhor (...). Entre as várias dimensões desse esforço coletivo internacional estão os elementos constitutivos de uma outra economia. Processos, instituições, valores, manifestações, etc. designados por nomes e conceitos diversos: socioeconomia solidária, economia popular solidária, economia do trabalho, empresas autogestionárias, novo cooperativismo, investimento ético, empresa social, redes de consumo solidário e outros tantos,. São fenômenos que correspondem, por um lado, a algo bem concreto (instituições formais, práticas sociais), por outro, a dimensões abstratas, como projetos. Valores, percepções, etc. que não correspondem à economia e práticas convencionais⁴.

Em muitos lugares aqui mesmo do Brasil, pessoas, grupos de pessoas e redes entre grupos de pessoas dedicadas a uma forma alternativa de geração de trabalho e de produção de bens e de serviços, tem criado as mais diversas experiências de pequenas instituições de *trabalho cooperativo*, de *produção orgânica e solidária* de alimentos e de outros bens da vida, de *trocas solidárias de serviços*. Não sei se você sabe, mas existe mesmo uma Secretaria Especial ligada à Presidência da República, dedicada à promoção e à difusão de alternativas de *economia solidária*. Em todo o mundo difundem-se pequenas, médias e até grandes empresas que adotam um sistema cooperativo de trabalho, gestão e produção.

Trata-se de criar pequenos espaços sociais de trabalhos autônomos, em que pessoas profissionalmente capacitadas e diferenciadas se unem para gerar as suas próprias alternativas empresariais. E uma *economia solidária* centrada no *ser de pessoas* e, não, no *ter do lucro*, floresce entre nós sob as mais distintas experiências. A seu e respeito existem já publicações, inclusive com o relato de inúmeras experiências bem sucedidas. Ninguém pretende enriquecer com a prática da *socioeconomia solidária*. Mas ela se propõe gerar uma vida fecunda, simples e solidária para um número sempre maior de pessoas.

Podemos aprender segundo a trilha da *socioeconomia solidária* a re-criar no âmbito dos *círculos sociais de nossas vidas cotidianas*, novas e fecundas *relações solidárias de partilha da vida*. Podemos nos unir para gerar pequenas redes e unidades comunitárias de ação social e ambientalista. Podemos pensar em *cooperativas de trabalho solidário* entre pessoas cansadas de se submeterem a qualquer emprego. E mais: redes de trocas comunitárias de serviços entre as pessoas; grupos e redes de produção e consumo solidário.

Afinal, porque despejar o pouco dinheiro que eu ganho em um supermercado, se eu posso

4 Idem, ibidem, pg. 11

descobrir como adquirir boa parte do que preciso entre pessoas como eu, de meu próprio mundo, injetando com elas o meu dinheiro em nossa própria comunidade? Pequenas caixas solidárias de ajuda mútua, em que com o pouco que cada um pode aportar, reunimos o bastante para ajudar por algum tempo quem precisa de algum dinheiro extra.

Podemos, enfim, aprender a convivermos entre nós partilhado com outros as nossas vidas e construindo entre nós uma *sociedade solidária*. Uma comunidade humana que aprenda instaurar “aquí onde nós vivemos”, o primado do *valor de uso* (o da trocas de dons em lugar das vendas de bens), do trabalho emancipado e a serviço do desenvolvimento humano⁵.

5. O compromisso com o outro

Um valor básico deveria fundamentar toda a relação, todo o encontro em situações de grupos: o *compromisso com o outro*. Tanto nos grupos em que estamos porque devemos estar, como o grupo doméstico, a família, ou uma equipe de trabalho, quanto nos grupos em que estamos porque queremos estar, como uma turma de amigos ao redor de uma mesa de bar, ou um time de futebol, existe um valor comum. O nome dele pode ser um pouco complicado, mas a experiência dele é muito freqüente em nossas vidas: a *convivabilidade*. Mais ou menos o mesmo valor que chamei acima de: *compromisso com o outro*. Afinal, das mais simples e livres situações, até as mais complexas e impositivas, sabemos por experiência própria que o estar-entre-outros nos obriga a abrir mão de posturas e desejos e entrar em *conformidade* com preceitos, princípios e valores de conduta interativa que parecem pertencer mais ao próprio grupo-em-que-estamos do que a nós mesmos. Observem crianças de 3 anos ou adolescente de 13 envolvidos em alguma brincadeira, e vejam como boa parte do que eles estão fazendo é estabelecer os termos do pequeno “contrato social” através do qual eles podem... brincar.

Ao pensar o viver-em-grupo e ao estender este pensar ao trabalho de quem educa no vemos diante de três desafios.

Primeiro: antes de sermos pessoalmente comunitários, comprometidos e cooperativos, somos humanos.

Segundo: uma coisa é o desejo e mesmo a vocação de uma pessoa, de um pequeno grupo ou de uma comunidade face-a-face em termos de afetos e valores regidos pela acolhida do outro, a partilha, a participação e a solidariedade; e uma outra coisa são as complexas instituições sociais – as da *sociedade civil*, como uma igreja ou uma ong; as do *poder de estado*, como uma prefeitura, no seu todo, ou uma secretaria de educação; as do *mundo empresarial*, como uma unidade social de ação ambientalista de uma grande fábrica de papel – através das quais as intenções e motivações solidárias de *prática do bem-comum* podem e devem ser estendidas e realizadas.

Terceiro: apesar dos esforços recentes, de que os PCNs são uma mostra, vemos a educação em geral caminhar para uma direção na prática oposta a uma formação humana calcada em valores como o amor, o acolhimento, a partilha, o sentido de coletividade, a cooperação, o compromisso, a participação e a solidariedade.

⁵ Podemos lembrar aqui quatro livros de uma grande relevância para o aprofundamento de todas estas idéias e proposta. Os dois primeiros são de de Marcos Arruda *Humanizar o infra-humano* e *Tornar o real possível* e **COLOCAR O NOME DO LIVRO, NÃO O TENHO AQUI, OU ESPERAR QUE EU VOLTE AO BASIL**. Um outro livro bastante útil e fácil de ser lido é o *Introdução à economia solidária*, de Paul Singer. Um outro ainda, escrito por um número muito grande de teóricos e de praticantes da *socioeconomia solidária* e o *A outra economia*, coordenado por Antônio David Catani.

Quando nos perguntamos quem somos, podemos nos fazer uma outra pergunta,. Ela é mais difícil de ser respondida, por certo. Seremos de fato solidários? Como pessoas individuais (eu-mesmo), como pessoas-em-grupo, como seres em comunidade, como sujeitos de sociedades, como seres humanos, enfim, somos ou podemos ser solidários, cooperativos, acolhedores? Ou será isto uma utopia e um sonho irreais? E na nossa vida diária? Estamos mesmo dispostos a sair de “nosso conforto” e nos dedicarmos a um esforço de *participação comunitária*, *compromisso* e *cooperação* para além de nossas “obrigações de trabalho”... que já são tantas?

Resposta: sim e não! E saibam que este tema é um dos mais debatidos entre cientistas da pessoa e da sociedade, entre biólogos e entre educadores. Não existe consenso algum a respeito. Existem tanto estudiosos quanto políticos e educadores que defendem com sinceridade a idéia de que a competição é a única força que move a humanidade e que o altruísmo e a solidariedade são anti-humanos.

O certo é que convivemos com uma evidência muito forte. E ela é local e universal, municipal e planetária. Ela vale tanto para Sorocaba quanto para o planeta Terra. E qual é ela? É o fato de que justamente agora, quando por todo o lado começamos a abandonar os mega-projetos sociais e as mega-metas históricas e as grandes utopias, por toda a parte vemos multiplicarem-se, estenderem-se e intercomunicarem-se unidades comunitárias, movimentos sociais, frentes civis de luta por direitos humanos, pequenos, médios e grandes grupos humanos empenhados em alguma questão humana, social, cultural, ambiental e assim por diante. Vemos pequenas *unidades de ação social* formarem *frentes de trabalho e luta*. Vemos estas *frentes* (ou que nome tenham) criando e ampliando *redes*. Vivemos um tempo inigualável em termos de *mobilização social* de que a *cidade educadora* é um bom e próximo exemplo.

No entanto, em uma outra direção, uma notícia recente de internet dá conta de que os “votos” em um momento do “Big Brother Brasil” chegaram à cifra de 31 milhões. Enquanto isso, um importante abaixo assinado nacional em favor da preservação da Amazônia não alcançou ainda mais do que 800 mil assinaturas eletrônicas. Esta desproporção em nada significa que somos coletivamente pessoas perversas ou desinteressadas. Significa que vivemos hoje uma “espécie de mundo” em que, ao mesmo tempo, resulta inevitável e resulta muitas vezes impraticável o apelo urgente ao sairmos de nossa rotina e nos lançarmos solidariamente em busca de “algo mais”. Significa que talvez tenhamos chegado, por outros e indesejados caminhos a uma sociedade de que o próprio “Big Brother Brasil” seja a melhor metáfora. Uma sociedade “global” – ou globalizada - em que o pessoal e o familiar vêm-se cada vez mais perdidos de um genuíno caráter identitário regido por valores comunitários e cada vez mais invadidos por um “público” que, longe de representar as aspirações do bem-comum, representam a invasão da privacidade e o seu domínio por uma cultura de massa que pretende administrar em nossas mentes e na vida social a própria gestão dos sentimentos de cooperação, de compromisso e de participação. Não é ao acaso que para muita gente a primeira imagem que a palavra “solidariedade” evoca é a “Rede Globo de Televisão”.

As pioneiras experiências psicológicas que deram origem ao próprio “BBB” colocavam um grupo de pessoas a partirem de uma “situação-quase-zero” e a construírem, a partir daí, uma *convivência de grupo*. Pessoas que não se conheciam, ou que se conheciam “muito pouco” eram encerradas em uma casa com um mínimo de recursos e equipamentos, que elas deveriam gerir e administrar. Não havia regra alguma para os vários dias em que, sem poderem sair “dali” elas deveriam estar umas com as outras, da manhã à noite.

Não havendo regra de vida, princípio algum ou norma alguma a ser necessariamente seguida, cabia ao próprio “bando original” descobrir e desenvolver o como “tornar-se um grupo”. E, então, mesmo no correr de uma situação originalmente apenas experimental (a ninguém era prometido “um milhão de reais”) boa parte daquilo que *peçoal, interativa e socialmente* nós somos, emergia. Ao serem obrigadas a se organizarem para poderem minimamente conviver e compartilhar por dias e dias um mesmo tempo e um mesmo espaço, os integrantes do grupo entravam em relação com os outros “colocando ali” os seus diferentes desejos, as suas maneiras de ser, as suas idéias, os seus valores, as suas condutas interativas, enfim.

Por mais gratuita e livre que fosse a proposta do que-fazer naquela casa, e por mais que dominasse uma espécie de aspiração comum de “criar um bom clima, já que vamos ter que estar juntos e por nossa conta e risco por vários dias”, muito raramente acontecia de um punhado de pessoas negociarem a convivência sem conflitos e gerarem “de saída” uma experiência harmoniosa do “estar juntos”. Os valores enunciados, ditos pelos integrantes do grupo, uns para os outros, quase sempre eram bastante positivos. Seria muito raro alguém dizer de cara: “olha aí, pessoal, isso é uma guerra e é cada um pra si”. Ao contrário. As palavras que são os nossos três valores neste *caderno* eram as mais lembradas, junto com outras também já nossas conhecidas. E todas elas francamente humanas e humanizadoras.

Mas, justamente por sermos humanos em busca de nos humanizarmos sempre mais, as condutas interativas iniciais em geral apareciam aos pares: compromisso X descompromisso; cooperação X competição; individualidade aberta aos outros X individualismo fechado para os outros; gratuidade X interesse; generosidade X egoísmo; iniciativa em favor do grupo X inércia em favor de “mim-mesmo”; participação X alheamento.

No processo de *negociação de consensos* para o estabelecimento de valores, regras e pautas de conduta interativa para uma convivência pelo menos suportável e, se possível, agradável e harmoniosa, o grupo como um todo tendia a atravessar algumas etapas do processo de integração. E isto costuma valer para a vida coletiva de vários outros tipos de grupos, quando é entregue a eles, internamente e, não, a uma fonte externa de poder, tarefa de “administrar a sua vida”.

Quase sempre a primeira etapa é caracterizada pelo que podemos chamar de *anomia*. As pessoas não conseguem ainda passar de um bando a um grupo. Não há identidades reconhecíveis. Não há papéis definidos. Não há valores consensuais. Não há liderança aceita. Não há pautas de condutas negociadas e aceitas. Todos estão juntos (e não podem sair “dali”), mas cada um e cada uma estão ainda... “na sua”.

Como esta situação é insuportável (quem já viveu sabe como é!), o mais depressa possível as pessoas procuram superá-la. E normalmente isto é feito através do surgimento de algumas lideranças. Impostas a força, ou aceitas pelo menos de maneira provisória, surgem algumas pessoas que assumem a tarefa de negociar (ou impor) os *princípios consensuais de convivência*. Horários são prescritos, tarefas são distribuídas, papéis e identidades são proclamados, reconhecidos (ou impostos também) e este é o momento em que algumas ou todos os participantes dividem-se entre serem *peçoas* e também *personagens*. *Autores* e *atores* de si mesmos. Esta seria a etapa de *autarquia*.

É muito raro que também momento seja vivido e superado sem conflitos. Conflitos que em alguns casos, chegam a dividir o grupo original de tal maneira que a convivência torna-se impraticável, intolerável ou impostamente suportável. E este é o momento crucial em que um grupo humano pode tomar um destes três caminhos: a) regredir à etapa anterior e retornar a um estado apático ou conflituoso

de *anomia*; b) deixar-se subordinar pacífica ou conflitantemente por uma, ou mais de uma lideranças impostas ou tornadas autoritárias, permanecendo na etapa de ; c) democratizar sua/suas liderança(s) e evoluir consensual, solidária e maduramente para uma etapa de *autonomia*.

O que chama a atenção é que mesmo entre pessoas bastante motivadas, maduras, motivadas e bem-intencionadas, o atingir uma plena *autonomia* e, mais do que isto, preservá-la e aperfeiçoá-la ao longo de sua história de convivência, é mais a exceção do que a regra. Algumas pesquisas de *dinâmica de grupos* realizadas sobretudo nos Estados Unidos da América, revelam que a permanência de valores e, sobretudo, de condutas interativas entre participantes de *grupos de treinamento*, são aos poucos “esquecidos” ou relativizados quando o participante de uma experiência retorna à rotina de sua vida diária.

A pergunta seria: por que?

E já que estamos entre perguntas, por que não concluirmos as mesmas perguntas da nossa epígrafe, com as quais começamos estas reflexões?

Se não me decido, quem o fará por mim?

Se não devo agir assim, o que farei?

E se não agora, quando?

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos - *Humanizar o infra-humano* - Editora VOZES, Petrópolis, 20XX

ARRUDA, Marcos - *Tornar o real possível* - Editora VOZES, Petrópolis, 20XX

CATTANI, Antônio David et all - *A Outra economia* - xxxxxx

GEERTZ, Clifford - *A interpretação das culturas* - L&PM Editores, Rio de Janeiro, 1985

GUIDDENS, Anthony - *Modernidade e identidade* - Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2002

SINGER, Paul - *Introdução à economia solidária* - xxxxxxxxxxxx

TOURAINE, Alain - *Poderemos viver juntos? – iguais e diferentes* - Editora Vozes, Petrópolis, 1999